

26 JAN 1993

A televisão tem noticiado, com estardalhaço, a formação de enormes filas na porta das escolas públicas, nas quais os pais passam dias e noites na tentativa de obter uma vaga para seus filhos.



A impressão que a notícia cria é a de que esta situação é generalizada no País e que centenas de milhares de crianças ficarão sem estudar por não encontrarem uma vaga no sistema público de ensino.

A realidade é bem diversa. Filas são fenômenos localizados e ocorrem numas poucas escolas. Nas demais, que constituem a maioria, as matrículas transcorrem sem transtornos. Além disso, quando se presta atenção nas notícias, percebe-se que boa parte das pessoas que estão nas filas desejam transferir os filhos para estas escolas. As crianças estão regularmente matricula-

das em outros estabelecimentos e não ficarão sem estudar se não conseguirem a vaga que desejam.

Como explicar então esse fenômeno? Por que as filas? A resposta é que se trata de uma questão de qualidade e não de quantidade. As escolas nas quais se formam filas são justamente aquelas que lograram manter um ensino de melhor qualidade. Têm razão, portanto, os pais quando fazem sacrifícios para assegurar uma boa educação para os seus filhos, e é certamente lamentável que a imensa maioria das demais escolas públicas não possa oferecer o mesmo atrativo: um ensino de qualidade.

O fenômeno certamente foi agravado nos últimos anos porque, com o aumento das mensalidades na rede particular, as famílias de classe média estão transferindo os filhos para escolas públicas. Em se tratando de uma camada da população que possui escolarização suficiente para avaliar e valorizar a qualidade do ensino, tentam obter, para seus filhos, vagas nas melhores escolas.

Mas, se é este o problema, as soluções não são as que vêm sendo

propostas. Não adianta improvisar novas escolas, porque escolas improvisadas apenas reproduzirão as deficiências daquelas já existentes, onde não há filas.

Comprar vagas na rede privada socorrerá um sistema que elevou o preço das mensalidades escolares a tal nível que afastou a clientela. Há, hoje, cerca de 300 mil vagas ociosas nas chamadas escolas comunitárias. Com a compra de vagas nestas escolas, o que se vai conseguir é repassar para o governo o custo excessivo do setor privado, salvando da falência estabelecimentos incapazes de oferecer ensino razoável a preços compatíveis com as possibilidades do mercado. Se se gastar, no sistema público, para cada vaga, o mesmo que se vai pagar às escolas particulares, certamente seria possível melhorar, e muito, a qualidade do ensino que se oferece nelas.

A solução também não reside em aumentar o número de turnos, pois isto acarretará exatamente a perda da qualidade que se está buscando. A única solução real consiste em melhorar a qualidade das escolas públicas, utilizando os recursos

existentes, e, se possível, aumentando os investimentos. Como isto não pode ser conseguido instantaneamente para todo o sistema, deve-se começar investindo naquelas capazes de melhorar, no curto prazo, a qualidade do ensino que oferecem.

No médio prazo, a política possível por parte do governo federal para a melhoria de todo o sistema consiste em associar o repasse de recursos federais a um compromisso, por parte dos Estados e municípios que os recebem, de investir na melhoria salarial e no treinamento dos professores. É bom lembrar que são os Estados e municípios os responsáveis pelo ensino de 1º e 2º graus e não o governo federal cujo papel nesta área é supletivo.

Se os professores melhor preparados — para o que é necessário aumentar a sua qualificação e o seu salário — não resolveremos os problemas do ensino público. E o que precisamos salvar é o ensino público, não o privado. Este deveria ser capaz de cuidar de si próprio.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação no governo Collor.